

CAPÍTULO XXVIII

As Transformações da Esquerda

Enquanto a esquerda na Europa vive um período de divisão, de profundas transformações e de dúvidas, a esquerda brasileira experimenta uma fase de relativa tranqüilidade ideológica. A crise da esquerda nos países centrais deriva da auto-crítica que ela é obrigada a realizar na medida em que se vai tornando claro que o autoritarismo tecnoburocrático soviético não é um mero desvio passageiro do caminho em direção ao socialismo, mas um problema que coloca em questão toda a estratégia da esquerda de chegar ao socialismo através da estatização da economia. A tranqüilidade e relativa unidade da esquerda brasileira é fruto da frente comum que ela foi levada a estabelecer em torno da idéia de democratização, como uma forma de defesa contra o regime autoritário de direita implantado no Brasil em 1964.

Entretanto, na medida em que esse regime autoritário entra em crise, a partir da crescente cisão entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal — esta ainda pretendendo manter o regime forte para se conservar no poder, aquela formulando um projeto de democratização que lhe assegure uma maior autonomia política enquanto classe dominante — a esquerda brasileira deverá ela também passar por uma crise de auto-identificação. Em conseqüência a esquerda deverá atravessar um período de dúvidas e contradições, que afinal exigirão

definições sobre o significado do socialismo, sobre reforma ou revolução, sobre democracia ou autoritarismo, sobre luta de classes ou pacto social, sobre crítica à dependência ou nacionalismo, sobre autogestão ou estatização.

A esquerda no Brasil é constituída hoje por todos aqueles que colocam como seu projeto político o socialismo. Se entendermos a expressão "intelectuais", em um sentido muito amplo, como constituída de todos aqueles que produzem e veiculam ciência e ideologia, a esquerda é constituída fundamentalmente por intelectuais. Sua base social é principalmente burguesa, mas crescentemente tecnoburocrática. Intelectuais de esquerda de origem trabalhadora constituem ainda exceção. É na burguesia e na tecnoburocracia, duas classes ainda profundamente misturadas e interdependentes na formação social mista, capitalista-tecnoburocrática, brasileira, que a esquerda irá encontrar suas principais bases. A esquerda é constituída principalmente das camadas médias de estudantes, professores, pesquisadores, profissionais liberais, jornalistas, artistas, administradores e planejadores públicos, que pretendem romper, ainda que parcialmente, seus vínculos de classe ou seus compromissos políticos com a burguesia e a tecnoburocracia e adotar a causa da classe trabalhadora e do socialismo.

As limitações e percalços desse tipo de projeto são óbvios. Escapar aos condicionamentos de classe é impossível, mas romper politicamente com a própria classe é teoricamente possível. Na prática é muito difícil. Em consequência o intelectual de esquerda, cujas bases sociais são burguesas ou tecnoburocráticas, vive em permanente conflito pessoal e profissional. Para sobreviver de acordo com os padrões de consumo de sua classe, deve inserir-se de maneira produtiva na formação social capitalista-tecnoburocrática vigente. Em geral pretende alcançar a coerência ideológica, recusando-se a trabalhar diretamente para as empresas capitalistas e procurando encaixar-se no aparelho do Estado, como professor, pesquisador, planejador ou administrador. Insere-se, assim, na tecnoburocracia estatal e com ela acaba, muitas vezes, por se identificar ideologicamente, embora imaginando continuar fiel a seus ideais de esquerda.

Mas se no plano pessoal e profissional o projeto de autonomia ideológica do intelectual de esquerda é cheio de limi-

tações, no plano político essas limitações são ainda maiores. Imaginando falar em nome do socialismo e dos trabalhadores, acaba muitas vezes falando em nome da burguesia ou então da tecnoburocracia estatal. O nacionalismo industrializante incorporado pela esquerda nos anos cinqüenta, no período do populismo, é um exemplo de cooptação pela burguesia. A proposta insistente de maior estatização e maior planejamento tem uma origem tecnoburocrática clara. O desenvolvimentismo a todo custo foi uma forma por excelência através da qual burguesia e tecnoburocracia, unidas, buscaram cooptar a esquerda para o projeto nacional-desenvolvimentista.

Durante os anos cinqüenta e sessenta a esquerda no Brasil estava apenas surgindo. Não havia um verdadeiro movimento nem um verdadeiro pensamento de esquerda no país. O Partido Comunista, na ilegalidade, ainda constituía-se o núcleo da esquerda. Havia ainda um socialismo democrático ligado ao inexpressivo Partido Socialista e uma social-democracia mal definida no Partido Trabalhista Brasileiro. Já havia também uma série de pequenos grupos radicais.

Nesse quadro, foi fácil à burguesia dominante e à tecnoburocracia emergente — esta muitas vezes falando em nome da esquerda, no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e no Partido Comunista — formularem o pacto social populista e cooptarem a esquerda em nome do industrialismo, do nacionalismo desenvolvimentista e do intervencionismo estatal moderado. No início dos anos sessenta, entretanto, o pacto populista torna-se inviável, na medida em que a burguesia se une definitivamente, sob a liderança não mais de uma burguesia mercantil, como acontecia antes de 1930, nem de uma burguesia nacional, como pretendia a ideologia nacional-desenvolvimentista, mas sob a liderança de uma burguesia industrial associada às empresas multinacionais. Uma série de fatos novos, ocorridos durante os anos cinqüenta — a consolidação do desenvolvimento industrial, a definitiva decadência da burguesia mercantil cafeeira, a penetração em massa das multinacionais manufatureiras, a crescente independência do movimento sindical, a Revolução de Cuba em 1959 —, explica a liquidação do pacto populista. Em consequência desencadeia-se uma crise política, caracterizada por um rápido

processo de radicalização de esquerda e de direita e pela efetiva existência de um vácuo político, na medida em que nenhuma classe ou grupo social tinha condições de assumir o poder. A crise culmina com a Revolução de 1964.

Esta revolução constitui-se em uma vitória da burguesia local associada às multinacionais e à emergente tecnoburocracia estatal civil e militar. Para a esquerda representa um profundo golpe e o início de um período de autocrítica e de profunda transformação.

A autocrítica mais óbvia é a da participação no pacto populista, e esta é feita imediatamente. O nacional-desenvolvimentismo e o seu principal formulador, o ISEB, são repudiados. Mas o PC também estava comprometido com esta posição e é cobrado por isto. Por outro lado, especialmente depois da Primavera de Praga, em 1968, e de sua brutal repressão pela União Soviética, o prestígio do comunismo no seio da esquerda entra em rápido declínio. Alguns setores estritamente minoritários da esquerda radicalizam-se, chegando ao terrorismo do fim dos anos sessenta e início dos anos setenta, enquanto a grande maioria da esquerda brasileira faz uma definitiva opção democrática.

Na verdade, em relação a este aspecto deveríamos falar também em uma autocrítica. No período populista a esquerda não deu suficiente importância à questão democrática. Desenvolvimento, industrialização, socialização tinham precedência sobre a democracia. Esta era denominada depreciativamente de "democracia burguesa", que poderia ser sacrificada durante um período de "ditadura do proletariado", em nome da democracia socialista plena do futuro. Em consequência, quando a esquerda brasileira se tornou vítima do autoritarismo tecnoburocrático-capitalista, após 1964, encontrava-se despreparada ideologicamente para reagir ao arbítrio. No início dos anos setenta, entretanto, a opção democrática da esquerda já se tornara clara. A democratização do país tornou-se não apenas um meio de combater o autoritarismo do pacto capitalista-tecnoburocrático, mas também um objetivo em si mesmo. Nesse processo em que a esquerda critica o seu próprio autoritarismo e formula um projeto democrático, o papel de alguns intelectuais como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso será fundamental.

Isto não significa que a esquerda esteja hoje unida e solidária. Em relação ao próprio conceito de socialismo há dúvidas profundas. Enquanto desmoraliza-se a idéia que confunde socialização ou caminho para ela com estatização, na medida em que isto significa burocratização, cresce a importância dada à autogestão e à descentralização política. A alternativa revolução ou reforma pende claramente para a segunda, na medida em que se vai tornando claro que a revolução prematura pode significar o domínio da tecnoburocracia estatal. Em contrapartida, não apenas o pacto populista mas também a social-democracia são fortemente criticados na medida em que negam a luta de classes. Esta é considerada o motor da história. Nestes termos, a missão da esquerda é dar conteúdo ideológico à luta de classes. O economicismo é repudiado. O socialismo não será alcançado automaticamente, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, mas a partir da vontade consciente dos homens, no processo da luta de classes.

Neste quadro dois velhos dogmas da esquerda radical — a necessidade da revolução violenta e o papel revolucionário da classe operária — entram em declínio. A idéia de revolução não é abandonada mas identificada com a reforma, desde que rápida, realizada nos quadros da luta de classes. A revolução deve ser democrática, respeitar o sistema parlamentar e a lei. Em outras palavras, a revolução deve ser realizada por via eleitoral e legal. Por outro lado, nesta tarefa, o papel da classe trabalhadora continua decisivo, mas a esquerda conta para seu projeto socialista com amplas parcelas das camadas médias burguesas e tecnoburocráticas. Em síntese, a tendência central dominante da esquerda afasta-se tanto do extremismo dos pequenos grupos radicais quanto do conservadorismo cooptado pela burguesia da social-democracia e do populismo, que busca esvaziar o conteúdo de classe da luta política.

A cooptação tecnoburocrática, entretanto, continua forte no seio da esquerda. Ela se expressa particularmente na defesa da estatização, em vez de reformas tributárias radicais e da introdução de mecanismos de autogestão, como caminho para o socialismo. Por outro lado, expressa-se em uma forma renovada de nacionalismo, vigente nas áreas da esquerda ainda ligadas política e/ou ideologicamente ao PC e à União Soviética, ou então aos grupos radicais. Segundo essa concepção,

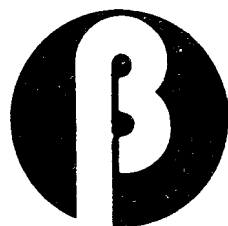
dado o domínio do imperialismo sobre o Brasil e a decorrente necessidade de superexploração dos trabalhadores para que uma parte do excedente seja transferido para o exterior e ainda reste uma parcela ponderável do excedente para a burguesia local, as duas únicas alternativas possíveis para o Brasil são o socialismo ou o fascismo, sendo inviável o estabelecimento de uma democracia burguesa como etapa da democracia socialista. Esta tese, embora conflite com uma análise objetiva do tipo de desempenho econômico das empresas multinacionais e das próprias tendências da sociedade brasileira, é útil para os setores da esquerda ainda cooptada pela tecnoburocracia soviética, para justificar um nacionalismo antiamericano extremado, e para os pequenos grupos radicais, para legitimar uma estratégia de revolução imediata.

A tendência central da esquerda, entretanto, é socialista, democrática, autogestionária, descentralizadora, reformista, tendo como objetivo a revolução, definida esta como transformação radical e paulatina da sociedade. Para alcançar esses objetivos o trabalho ideológico e a luta de classes, nos quadros da democracia parlamentar, da organização sindical livre e da formação de um partido socialista, são as tarefas básicas da esquerda brasileira, cujo papel histórico deverá crescer nos próximos anos, a partir da provável redemocratização do país.

(Folha de S. Paulo, 24 de junho de 1978.)

Os períodos de crise são momentos privilegiados para a análise econômica e política. A desaceleração econômica e a crise política que ocorrem no Brasil entre 1974 e 1978 constituem uma dessas situações especiais.

Na análise da crise política que domina o período, podemos ver com muito mais clareza como se relacionam as diversas classes sociais na medida em que o modelo político autoritário capitalista-tecnoburocrático entra em colapso. Na verdade assistimos ao colapso de uma aliança de classes, estabelecida em 1964, entre a burguesia local e a tecnoburocracia estatal, ambas associadas às empresas multinacionais.



editora brasiliense